

## **Os intelectuais em gabinetes: os usos políticos do passado e as políticas para a Educação em Santa Catarina na Era Vargas (1930-1940)**

Flávio Welker Merola Gentil<sup>1</sup>

**Resumo:** Com este trabalho, pretende-se localizar os inspetores escolares e membros do Departamento de Educação, grupo de intelectuais recém estabelecido pós-revolução de 1930, em uma narrativa prosopográfica; perceber as suas representações de mundo, entre as culturas políticas e escolares, deixadas a tinta pelas atas e circulares; e compreender como elas condicionam a narrativa com o tempo revolucionário. Busca-se analisar os usos do passado e a projeção de futuro elaborado nos documentos oficiais de 1930-1940, contribuindo para pensar as camadas do projeto de nacionalização do ensino e a estrutura burocrática do Estado de Santa Catarina. Em razão dos debates propostos como os usos políticos do passado e culturas políticas escolares, o artigo se apoiará no campo da história do tempo presente, perseguindo as continuidades de leituras do passado elaboradas no período Vargas. Este trabalho é um recorte da dissertação em andamento na linha de culturas políticas e sociabilidades da UDESC, orientado pela Prof. Cristiani Bereta.

**Palavras-chave:** cultura política, prosopografia, usos políticos do passado

Para o texto subsequente foi feito um levantamento sobre o grupo de professores do movimento escolanovista e intelectuais ativos no Departamento de Educação de Santa Catarina durante o processo de Nacionalização do Ensino (1935-1945). Uma tarefa de delinear a sociabilidade e as representações compartilhadas de passado e futuro num exercício prosopográfico. Um movimento de pensar a rede de intelectuais legitimados a frente do gabinete de Educação em vestígios deixados pelo Diretor do Departamento, Elpídio Barbosa<sup>2</sup>. Escolheu-se para esta análise vestígios que privilegiassem o pequeno universo dos intelectuais do gabinete, ou seja, as atas de reuniões. O texto é fruto dos primeiros passos dados na pesquisa de mestrado em história na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), no programa de História do Tempo Presente, linha de Culturas Políticas e Sociabilidades.

As atas utilizadas para a pesquisa fazem parte do Acervo do Professor Elpídio Barbosa encontradas no Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas – Universidade do Estado de Santa Catarina. Elas foram escritas em um caderno grosso apenas para atas, que também conta com colagens, nesse momento ganha o nome de “tomo” pelo seu criador. Nesse sentido, o “tomo” nada mais é do que a sua experiência ao redor de um grupo

---

<sup>1</sup> Acadêmico do mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Bolsista Capes. E-mail para contato: gentil7@hotmail.com. Membro pesquisador do grupo de pesquisa: Ensino de História, Memória e Culturas, vinculado ao LEH – Laboratório de Ensino de História.

<sup>2</sup> Elpídio Barbosa (1909-1966). Atuou, após a Revolução de 1930, em diversos cargos nas hierarquias institucionais da educação, fora: inspetor escolar, redator da *Revista de Educação* e Diretor do Departamento de Educação. Entretanto, o recorte da pesquisa circunscreve a época em que fora inspetor escolar (1931-1940), redator (1936-1937), Sub-Diretor Técnico do Departamento de Educação (1935), Consultor Técnico do Departamento de Educação (1942).

de intelectuais, sua vida profissional – com vínculos afetivos e políticos dentro do gabinete – e ânsia por guardar sua atuação na vida pública.

Investiga-se, portanto, as relações contidas nas atas dos problemas e resoluções para a educação em Santa Catarina, através de um levantamento inicial de quem são os sujeitos que decidiram as políticas públicas na educação catarinense, quais símbolos e representações de mundo compartilham numa perspectiva prosopográfica, mas a frente problematizada.

De certa forma, todos os pesquisadores analisados (Albuquerque, 2013; Almeida, 2011; Albernaz, 2011) que utilizam da ferramenta narrativa denominada de prosopografia chegam a conclusões parecidas quanto a sua utilização. Ela constrói uma narrativa que visa quebrar com os traços da ilusão biográfica, ela reestrutura o campo de disputas políticas, traz a tona novamente os atores sociais sem uma perspectiva dicotômica entre liberdades do indivíduo e determinismos sociais, nos mostra as possibilidade dos atores para a mobilidade social, reinaugura uma história das elites apresentadas não como ilusões de conquistas, mas enquanto constrangimento cultural dos atores. Perspectiva que vai de encontro a *self-made-man* e ao liberalismo de escolhas plenas a serem feitas para a realização do Homem, é perceber como esses atores sociais tecem e vestem, a suas épocas, símbolos, signos, condutas, normas para a diferenciação, trazendo a tona “elites” socialmente aceitas na condição de símbolos. E, obviamente, traz a questão essencial da história: a perspectiva temporal, a relação mutável das imagens de grupos e poder no tempo.

Se a cada momento histórico cabe uma concepção de intelectual (SIRINELLI, 2003) a noção de elites – no plural – não foge a isso. As estratégias dos discursos legitimadores e a dimensão simbólica contribuem para a conformação de uma elite, a sua distinção e reprodução social (ALBERNAZ, 2011). Compreendendo os símbolos e o *locus* para emitir a voz legitimada orienta para “fornecer uma resposta para o problema fundamental das motivações do político” (BERNSTEIN, 2009,p. 41).

### **Passados distantes que batem a porta do presente**

Entretanto, como se trata de um tempo recuado faz-se ainda mais necessário a compreensão do motivo que insere este trabalho no eixo de história do tempo presente. A questão presente para recuar as décadas de 1930 e 1940 é a nova elaboração pela qual passou aquele momento. As décadas da Era Vargas são as responsáveis por um corte nos projetos de Estado de concepção liberal inglesa. Como coloca Bosi (2006) a erupção do varguismo é

acompanhada de um movimento de renovação das ideias políticas oriundas de uma releitura gaúcha do liberalismo francês positivista. A divisão que aquele autor propõe é localizar as famílias políticas brasileiras, entre uma oposição de leituras do político, uma ligada ao liberalismo clássico e outra ligada a uma releitura liberal com aspectos morais cristãos – ainda que as famílias possam se entrelaçar em suas concepções e as leituras sejam mutáveis. Porém, o trabalho de Bosi (2006) consegue rastrear nos discursos políticos as representações que se fazem do político entre as propostas estabelecidas durante o início da República até o varguismo. Sendo este o norteador das políticas gaúchas criadoras do trabalhismo e do nacional desenvolvimentismo, pretende-se aqui continuar esse traço já estabelecido e aprofundá-lo para a cultura escolar.

Com intenções de pesquisa semelhante, encontra-se Brandão (2005) que faz um esforço em comparar e categorizar as famílias políticas brasileiras. Seguindo os mesmos passos de Bosi (2006), ele percorre a história política brasileira e identifica a família política varguista. Ele a nomeia como conservantismo.

O conservantismo seria marcado pela descrença numa sociedade brasileira fundamentada em direitos civis e políticos. O Estado brasileiro não poderia ser estabelecido com instituições liberais, deveria retirar a população de uma situação de penumbra e de uma sociedade fragmentada. Uma reconstrução da nação baseada na sociedade, no trabalhismo e no código de leis do trabalho é a base para a construção de futuro do projeto conservantista brasileiro. Um Estado que precisa ser pedagogo, ensinar a ser uma nação. Para Angela de Castro Gomes (1988), isto será a criação e a proteção do novo homem brasileiro pela legislação social e pelos discursos do ex-ministro Marcondes Filho.

É criada uma maneira diferente de se relacionar e de representar o povo brasileiro. A forma de pensar a população na República Velha (1889-1930) a viabilidade de nação estaria presa somente ao processo de branqueamento do país. No Estado Novo os problemas para a nação eram outros. Se antes a figura da população era estritamente de caráter negativo, agora o problema era o desconhecimento do Estado sobre a sua população (GOMES, 1988). Assim, o governo Vargas passa a ser o primeiro a propor uma política de Estado para a gerência da população brasileira.

Dessa forma, o que corrobora para o presente texto se filiar a história do tempo presente é a questão levantada dos intelectuais pós Revolução de 1930 e que serão responsáveis pela implementação maciça de políticas para a educação. Vale lembrar que a nacionalização de ensino e o Departamento de Educação de Santa Catarina foram vistas pelo

governo federal como o modelo a ser implantado, como nos mostra o relatório de Lourenço Filho em setembro de 1942, a época Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Como ele mesmo reporta aos leitores do 21º Boletim do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos na parte referente a Organização do Ensino Primário e Normal.

O Estado de Santa Catarina vem, desde algum tempo, mantendo o primeiro lugar, entre todas as demais unidades federadas, quanto aos índices gerais de disseminação do ensino primário. É de notar-se que as laxas, pelas quais se pode julgar do rendimento do trabalho escolar, tem-se aí apresentado também, a partir de 1939, como das mais expressivas (...)

Santa Catarina figura entre os Estados que, proporcionalmente à sua receita geral, mais dispõem com os serviços de educação, e ocupa o primeiro posto, em relação à quota que, desses gastos, consagra ao ensino primário(...)

Segue-se que normas e métodos de administração deverão estar decisivamente influenciando para os excelentes resultados (TOMO ENSINO DE 1943, s/p.).

O esforço de traçar os intelectuais no Departamento de Educação, os símbolos carregados por eles e as discussões entorno das políticas escolares segue a proposta estabelecida por Ivor Goodson (1997). De acordo com autor, os estudos relacionados à história das disciplinas escolares ou às formulações de seus programas oficiais de estudo não são lidos a contra pelo por profissionais da educação. Conforme o mesmo autor, “na maior parte das análises educativas, o currículo escrito – manifestação extrema de construções sociais – tem sido tratado como um ‘dado neutro’”(GOODSON, 1997, p.17). Não a tomam como construção social, como jogo entre propostas políticas e educacionais. Assim, os professores não fariam uma reflexão mais aprofundada sobre as questões do “conhecimento dos valores e objetivos dos parâmetros da disciplina” (GOODSON, 1997, p.21). Esta é uma discussão imprescindível quando se fala de gestão da população e a relação do docente com o seu trabalho cotidiano. Rastrear as formas pelas quais foram empregadas pela primeira vez uma grande soma de esforços públicos (principalmente se comparado a hoje, vide que o Estado de Santa Catarina investia mais de 20% do seu orçamento total em investimentos) é repensar as políticas públicas dadas posteriormente. Principalmente pelos motivos que aponta Neide Fiori, (1975, p.124):

Pode-se dizer que, no período de 1935 e 1950, em Santa Catarina, a instrução pública esteve sob a liderança dos Inspetores Escolares Luiz Trindade, João dos Santos Areão e Elpídio Barbosa. Os dois primeiros fizeram parte da equipe de trabalho de Orestes Guimarães. O último era o mais jovem do trio e tivera uma rápida ascensão na carreira do magistério. O poder de mando ora concentrava-se mais na mão de um deles, ora oscilava para outro; mas é válido considerar que sempre circulou entre esses três

professores – Trindade, Areão e Elpídio – que passaram a ser conhecidos como ‘a Santíssima Trindade da Educação’.

Assim, a história do tempo presente deve ser pensada, então, como uma junção de linhas ou ramificações de tempos dispostos ou sobrepostos em nossa sociedade. O passado que não passa, ou o contemporâneo na contemporaneidade, pode ser sentida a partir do campo de experiência de formas inúmeras. As temporalidades e a memória são reavivadas com a história do tempo presente, de modo que possam compartilhar o mesmo espaço as questões de um passado mais recente e de um passado mais longínquo. Ou nas palavras de François Dosse: “um meio-termo entre memória coletiva e História (...) corresponde a esse meio-termo (...) do passado no presente”(DOSSE, 2012, p.7). Dessa forma, a história do tempo presente não seria a criação de um novo marco didatizante e eleito como recorte de um novo período histórico, mas nele estaria a ideia de continuidade desse passado na memória atual – “uma nova concepção da operação historiográfica” (DOSSE, 2012, p.7).

Dosse (2012), assim como Hartog (2013), enfatiza a ânsia que há no presente de consumir a memória e o passado. Os autores realçam a questão política da história, fazendo com que certos passados não se façam esquecidos ou menores, dão relevância ao campo de experiência – o vivido e experimentado lembrado no presente – e a sua atuação em um regime de historicidade fundamentada pelas questões do *presentismo*. A memória evoca a um julgamento político os passados traumáticos, são ressignificados pelas solicitações e indignações presentes. O historiador vira magistrado, é chamado a responder aos questionamentos, é convidado a remexer em lembranças que as cinzas ainda não apagaram. Nesse movimento de ser chamado a depor e a pesquisar, o historiador ainda teria que lidar com as questões óbvias da efemeridade da historiografia e das verdades, instando em terreno arenoso entre o papel de intermediar possíveis experiências no passado no presente e não dispor de verdades universais e eternas, mas de intenções de verdades que podem/devem ser revistas.

Há nesse caso uma história do tempo presente preocupada com “a função crítica, a função cívica e a função ética” (DOSSE, 2012, p.19), ainda que “a verdade” seja renegada, o historiador deverá se pautar em uma pesquisa científica profunda, com argumentações e documentos respaldados, evitando a criação de histórias fantásticas ou criminais – principalmente aos que se referem a revisionismo de governos que compactuaram com crimes a humanidade (DOSSE, 2012). O historiador agiria então de forma a desconstruir heróis e vilões, fugir de uma dualidade, e aprofundar as questões das experiências humanas. A

História do Tempo Presente mais do que nunca se vê ligada a políticas que tratam do humano e visam o humano.

Com a crise do futurismo, do progresso e de uma história teleológica, o presente acaba por suprir as demandas de orientação no tempo. A isso pode se dizer, nas palavras de Hartog, que: “o presente tornou-se o horizonte. Sem futuro e sem passado, ele produz diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa”(HARTOG,2013 ,p.148). Passados distantes batem a porta e cobram elucidações.

Desta forma, a presente pesquisa se debruça sobre o primeiro governo de Getúlio Vargas, visto desde a sua fundação como um divisor de águas. Um momento em que os mais diversos grupos e movimentos puderam tentar chegar ao centro em busca de poder e espaço na construção de um novo governo. Em um governo que pela primeira vez questões de gerir a população eram postas em prática enfaticamente. As políticas públicas ganham mais espaço no Brasil. Sendo, portanto, importante a pesquisa retroceder as experiências de 1930 para as reformas educacionais e a criação de uma identidade nacional e regional. Não apenas por se tratar de um momento traumático a inúmeros grupos que tiveram parte de sua identidade vilipendiada pelas propostas públicas, mas também atual por tratar da identidade e nação, e desconstrução do currículo/propostas públicas de ensino.

Segundo Nicolazzi (2011, p.8) o passado “é igualmente constituído enquanto tal *a posteriori*, por opções voluntárias ou por escolhas traumáticas, não importa”. Assim, o passado não pode ser visto como um legado neutro ao presente, mas que ele se trata de uma construção social. Há uma relação intrínseca entre o passado e o presente que é formulada pela memória. O passado não é ‘recuperado’ como um todo, o presente obtém um fragmento do todo reelaborado continuamente pela memória. Falar de usos políticos do passado é falar em memórias históricas criadas socialmente; é reinterpretá-lo e dar novo significado as partes escolhidas pela luz do tempo. Foi esse o movimento realizado pelos membros do Departamento de Educação.

### **As atas e os intelectuais**

O documento analisado é um possível passado que foi delegado ao futuro que o historiador escreve. A sua feição não foi planejada como vestígio histórico, mas na procura por melhor organização, o personagem cria diversos “tomos”, nomeando e enumerando-os. O tomo utilizado em questão é o número “8.2: Atas e Reuniões” abrigando vestígios de 1936 a

1948 num total de 32 atas. Escolheu-se tratar neste texto apenas de duas atas de 1936, em um movimento de perscrutar o início das transformações escolares baseadas no movimento escola-novista e na nacionalização do ensino, posteriormente a Reforma Trindade de 1935. Portanto, o ano de 1936 se mostra essencial para ver como ficou a reconfiguração dos intelectuais envolvidos na educação, principalmente em uma década turbulenta e cheia de mudanças como a de 1930, e com as criações da *Revista de Educação* e das Semanas Educacionais<sup>3</sup>.

No quadro abaixo seguem os nomes das personagens que assinaram as atas de 1936.

Quadro 1. Inspectores Escolares no ano de 1936 em Santa Catarina.

Nome do inspetor	Circunscrição <sup>4</sup>	Cargos na Educação
Antonio Lucio	1ª.	Diretor do Grupo Escolar Manoel Cruz – São Joaquim 1931. Diretor do Grupo Escolar Jeronimo Coelho, Laguna, em 1932. Diretor da Revista de Educação. Escreve na Revista de Educação nos seguintes anos, volumes e nome do artigo: Ano I, n.1 A Educação física na Escola; Ano I, n.2 Educação Física; Ano I, n.3 Educação Física; Ano I n.4 e 5 Educação Física, Ano I n.6 Educação Física. Patrono de uma escola em Balneário Camboriú-SC.
Celso Rilla	2ª.	Patrono de uma escola em Irati-SC. Exonerado do cargo de Diretor no Grupo Escolar Jeronimo Coelho, Laguna em 1932.
Germano Wagenfuehr <sup>5</sup>	3ª.	Professor em Indaial durante os anos de 1920-23. Diretor no Grupo Escolar Orestes Guimarães em São Bento do Sul, depois passa a ser Diretor no Grupo Escolar Felipe Schmidt em São Francisco do Sul. Em 1932 é promovido a Inspetor Escolar. Patrono de uma escola em Porto União-SC.
Adriano Mosimann	4ª.	Diretor no Grupo Escolar Hercílio Luz em Tubarão durante os anos de 1926-1930. Em 1932 é o enviado pelo Estado para fazer relatório sobre a Quarta Conferência Nacional de Educação. Patrono de uma escola em Braço do Trombudo-SC.
Casemiro Leopoldo Chociay	5ª.	Professor da Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar “Feliciano Pires”, de Brusque, 1931. Diretor do Grupo Escolar Manoel Cruz durante os anos de 1932-1934 em São Joaquim-SC.
Marcilio Dias de San Tiago	6ª.	Diretor do Grupo Escolar Hercílio Luz durante os anos de 1920-1924 em Tubarão-SC.

<sup>3</sup> A *Revista de Educação* fora um periódico do Estado de Santa Catarina proposto a divulgar ao colegiado de professores os novos métodos educativos, teve uma duração curta entre 1936 e 1937.

<sup>4</sup> Por circunscrição se entende a demarcação territorial promovida pelo Estado de Santa Catarina para a inspeção escolar.

<sup>5</sup> Os nomes repetidos em comparação aos *Anais da 1ª Conferência Estadual de Ensino Primário* se encontram em destaque visando facilitar o reconhecimento do leitor.

José Joaquim da Lima Xavier	7 <sup>a</sup> .	Vogal o Diretório Municipal de Geografia de Rio do Sul em 1940.
João Romário Moreira	8 <sup>a</sup> .	Inspetor desde 1918 ficando com duas circunscrições até 1930, 8 <sup>a</sup> . e 9 <sup>a</sup> . Patrona de uma escola em Romelândia-SC. Em 1932 passa a ser Chefe Escolar do município de Mafra-SC.
Drausio Celestino da Cunha	9 <sup>a</sup> .	Patrono de uma escola em Major Vieira- SC
Pedro Paulo Philippi	10 <sup>a</sup> .	Professor do Grupo Escolar ‘Professor Venceslau Bueno’, de Palhoça, até 1930. Diretor do Grupo Escolar ‘Professor Joaquim Santiago’, de Joinville, em 1930. Escreveu um artigo na Revista de Educação sobre as Semanas de Educação: Frutos da Semana de Educação (trechos de um relatório). Na sexta revista. Patrono de uma Escola em Itajaí-SC.
Humberto Hermes Hoffmann	11 <sup>a</sup> .	Patrono de escola em Nova Veneza(SC). Participou da sexta edição da Revista de Educação(SC).
Alfredo Xavier Vieira	12 <sup>a</sup> .	Homenageado pela Prefeitura de São José com nome de rua
Adolpho da Silveira	13 <sup>a</sup> .	Diretor do Grupo Escolar ‘Professora Ana Cidade’, de Canoinhas, 1930. E promovido no mesmo ano para diretor da Escola Complementar anexa a ‘Professora Ana Cidade’. Diretor do Grupo Escolar Professora Marta Tavares em 1933, Rio Negrinho-SC. Patrono de uma escola em Paraíso – SC.
Hermínio Heusi da Silva	15 <sup>a</sup> .	Diretor do Grupo Escolar Hercílio Luz em Tubarão em 1930. Patrono de uma escola em Biguaçu-SC e outra em Romelândia-SC.

Fonte: Quadro elaborada pelo autor a partir de levantamento feito com base nas atas de 1936 anexas ao “tomo 8.2” de Elpidio Barbosa.

Os dados, ainda de uma pesquisa inicial, não nos mostram muitos dos seus traços biográficos, porém a partir deles já se pode fazer algumas análises. A primeira análise a se fazer é quanto ao fator geracional. Com exceção do inspetor João Romário Moreira, todos iniciam sua carreira de inspeção após 1930, momento de transformações sociais no Brasil e aumento do efetivo da inspeção escolar, saindo do número de quatro em 1918, para quinze em 1936. Porém, dos quatro inspetores de 1918 resta apenas um deles fazendo o mesmo trabalho em 1936. E não há indícios de ter havido uma mulher com o cargo de inspetora escolar, parece que um dos símbolos a compartilhar para ser inspetor era ser homem.

Com exceção de Celso Rilla, Joaquim da Lavina Xavier, Humberto Hermes Hoffmann e Alfredo Xavier Vieira, que por falta de dados não é possível averiguar, todos os inspetores escolares fazem a mesma trajetória, de professor a diretor, de diretor a inspetor.

Antonio Lucio, Germano Wagenführ, Adriano Mosimann, Casemiro Leopoldo Chaciay, Adolfo da Silveira e Hermínio Heusi da Silva são todos promovidos a seus cargos de inspetores no pós-1930. O que demonstra que em um momento de divisor de águas no qual se constituiu a revolução de 1930, foi possível a muito dos inspetores alçar um maior voo pelas burocracias educacionais. Assim como Elpídio Barbosa que fora promovido em 1931 de Diretor de Grupo Escolar para Inspetor Escolar, a maioria segue o mesmo trajeto.

Em 1936 é criada, pelo Estado de Santa Catarina, e com o objetivo de promover os modernos métodos de ensino ligados à concepção escola-novista, a Revista de Educação. Sua duração não é das mais longas, suas publicações findam-se no ano de 1938. O guardador dos “tomos” e das atas toma parte na revista como secretário e por vez participa ao escrever sobre os Clubes Agrícolas, tipo de anexos escolares aos Grupos Escolares e Escolas Isoladas, no qual Barbosa desempenhou o papel também de secretário, existente em escolas do interior do Estado, local que trabalhou durante a sua época de inspetor escolar. Ele não é o único dos inspetores a participar dessa revista, Antonio Lucio, como é possível observar na tabela 1, não só foi o diretor da revista, mas também foi o que mais encaminhou textos a ela, num total de seis, nos números de um a seis, seus textos sempre davam atenção às aulas de educação físicas, ressaltando a importância do corpo saudável. Adriano Mosimann também deixa a sua contribuição nos números quatro e cinco da revista, com um texto intitulado “A missão do Professorado Primário”. Pedro Paulo Philippi escreve o texto “Frutos da Semana de Educação” no sexto número da Revista de Educação. Humberto Hermes Hoffmann escreve o texto “Brusque”, comentando sobre a geografia da cidade neste mesmo número da revista (FAVARIN, 2013).

Os inspetores, na condição de intelectuais, subscrevem-se como o centro das políticas educacionais por serem reconhecidos “pela sociedade em que ele vive – especialização esta que legitima e mesmo privilegia sua intervenção no debate da cidade –, que o intelectual põe a serviço da causa que defende” (SIRINELLI, 2003, p.243). As suas representações ganham espaço nos *locus* de sociabilidade que tem em conjunto com os intelectuais frente ao gabinete do Departamento de Educação. Um desses espaços foi a Revista de Educação, espaço onde se constituiu um pequeno ‘mundo estreito’ de um grupo de intelectuais da educação, que de forma centrípeta reuniu “em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum (...) que fundam uma vontade e um gosto de conviver” (SIRINELLI, 2003, p.248).

Cria-se, assim, um lugar próprio para gerir a educação. Um local de emissão de voz que capitaliza vantagens em detrimento de outros espaços destituídos de criar estratégias. Cria

um espaço encrustado de prática pan-óptica e do poder saber. Um espaço para medir, pesar, observar e controlar, finca-se no lugar e não no tempo. Tem a capacidade de prever, ver ao longe, e de se expandir, ao mesmo tempo em que o saber auxilia na construção e renovação do espaço criado (CERTEAU, 2011). Sem o saber não há legitimidade para a instituição e para os burocratas educacionais, não há espaço para o controle e não há espaço para a constituição de um discurso de nacionalização do ensino.

Ainda que nesse local habitem espaços para os desvios e leituras promissoras dos discursos a mão, as reuniões e atas explanam também as táticas, ainda que de maneira fugaz. Seu maior espaço é dado às decisões estabelecidas em consenso (ou não), mas que se tornam as estratégias difundidas pelo Estado.

Entretanto, não foi possível lidar nas atas feitas a mão por Barbosa do espaço das táticas (CERTEAU, 2011). São convidados normalmente 18 funcionários de cargos e padrões altos da burocracia educacional, entre Diretores do Departamento de Educação (posição de destaque dado a Elpídio Barbosa, Bezerra da Trindade e João dos Santos Areão) e os inspetores.

Tais atas nos mostram um mundo complexo de debates políticos e visões de mundo, de futuros passados, de sociabilidades. Eles dão espaço a algo que ainda é caro a uma história, o caráter do acaso, da fortuna, do momentâneo. O historiador, ao eleger uma problemática, elege tempos, discursos e fontes. Porém, por mais que deixe nítido a sua intenção pessoal na escrita e da sua qualidade de efêmero na esteira das questões que nos norteiam, existem os vícios do século XIX de estabelecer uma lógica reta e objetiva, de dar um sentido único à história que se narra (KOSELLECK, 2006). Ao minimizar a escala e estabelecer contato com outros vestígios, entretanto, é possível tecer as experiências e suas expectativas. No caso, o tomo e suas atas nos fazem vislumbrar novos momentos que poderiam ser entendidos de maneira menos áspera, perene e intermitente. Uma história que foca nas grandes estruturas perde o foco no humano, no caso, nas táticas.

A reunião teve início da seguinte forma:

reuniram-se na sala da Inspeção Geral do Ensino, sob a presidência do Sr. Diretor, Dr. **Elpídio Barbosa**, que convidou os senhores professores **Luiz Sanches Bezerra da Trindade**, Inspetor Geral do Ensino, **João dos Santos Areão**, Inspetor das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino, **Capitão Américo Silveira d'Ávila**, Inspetor de Educação Física para constituírem a mesa; professores **Adriano Mosimann**, Inspetor de Grupos Escolares e Escolas Complementares para representar os Inspetores Escolares, **José Motta Pires**, Inspetor Escolar da 6ª Circunscrição e

**Germano Wagenführ**, Inspetor de Grupos Escolares Complementares para secretariarem a reunião (...).

Organizada a mesa o Sr. Diretor do Departamento abriu a sessão saudando os presentes, com palavras animadoras, pela colaboração de todos na grande obra educacional das crianças da Terra Barriga Verde exaltando a ação decisiva de S. Excia. Dr. **Nereu Ramos**, digno Interventor Federal do Estado (TOMO 8.2, p.38)<sup>6</sup>.

Posteriormente a dar início a sessão o, Sr. Diretor, Elpídio Basbosa, deu prosseguimento as ordens do dia “recomendou aos senhores Inspetores de apresentarem, por escrito, sugestões sobre assuntos que tivessem necessidade de focalizar” (TOMO 8.2, p.39).

Não demorou muito para surgir o assunto nacionalização do ensino, já que o primeiro assunto encabeçado foi exatamente este.

Na visão do Diretor do Departamento de Educação a temática deveria ser levada a sério, “mostrou que a ação do Inspetor não deixe se circunscrever exclusivamente ao meio de instrução, fazendo ressaltar o papel relevante que pode desempenhar no social em que se acham os estabelecimentos de ensino” (TOMO 8.2, p.41).

E, ressaltou em seguida,

que os elementos que possam opor obstáculos ao nosso trabalho nacionalizador, estão sob a vigilância da polícia, recomendou muito tato, muita segurança e discrição, a fim de evitar a prática de atos precipitados ou injustos e às vezes até prejudiciais aos fins visados (TOMO 8.2, p.42).

Nesse momento a discussão não ronda apenas o empoderamento do intelectual, mas como as suas decisões iram leis. Expões, assim, uma forma de se relacionar e representar o social que dará forma a suas leituras de mundo. Isso é perceptível quando Adriano Mosimann em seu relatório entregue dispõe sobre as leituras políticas empregadas pelos agentes do Departamento de Educação.

Ora, Exmo. Sr. Interventor, a instrução primária, base e condição do desenvolvimento do país, é um problema que não interessa apenas a uma região ou outra; é um problema nacional mais importante e menos adiável; uma questão secular, que sempre chamou sobre si a atenção de pedagogos e estadistas, leais e bem intencionados, e de todos aqueles que desejam ver a Pátria livre do maldito cancro da ignorância, origem e causa dos inúmeros males morais, econômicos, sociais e políticos, que a Nova República promete exterminar (TOMO 8.2, s/p).

Ao ter se expresso dessa forma e ter conseguido o apoio dos demais Inspetores e membros do Departamento de Educação, exprime a forma como esses agentes históricos se

---

<sup>6</sup> Por questões de facilitar o encontro das personagens envolvidas o autor preferível deixar ressaltado os nomes.

posicionaram sobre o seu próprio tempo, como em 1936 já tinham a ideia de que a Nova República posta por Getúlio Varga era uma quebra com a República Velha. Como esses conceitos históricos já estavam sendo mobilizados para guiar politicamente as suas representações da educação. A cultura política e a cultura escolar manifestam-se nos seus escritos em seu cotidiano administrativo. Sendo um ator vinculado à administração e a escolhas políticas para a educação catarinense, o cruzamento entre política e escola, demonstra-se instigante a pensar “as instituições-chave, tais como escolas, partidos, sindicatos, etc., [como sendo] de grande importância na transmissão, difusão e recepção das culturas políticas” (DUTRA, 2002, p.19). Nesse, caso as instituições escolares se veem constrangidas pelas decisões do membros da reunião, não que desvios na singularidade cotidiana não ocorressem dentro das escolas, mas pensar que aqui – seguindo as propostas de Certeau (2011) – estão sendo traçadas as estratégias, são as estruturas a ser guiadas como construção social e em peso de lei.

A forma como esses intelectuais membros do Departamento de Educação construíram uma imagem do passado utilizando como marco o ano de 1930 entra nas disputas políticas que se fazem até hoje entorno do conceito. As vezes como golpe, as vezes como revolução de 1930, ambos seguem o preceito de que as formas “de utilização distintas implicam, cada qual à sua maneira, definições variadas dos passados que estão em jogo”(NICOLAZZI, p.8). No caso, a ascensão social do grupo pode ser acompanhada pela figura 1, partindo do requisito mínimo, à esquerda, e prosseguindo com suas promoções, à direita. Dos 15 inspetores escolares, doze ou 80% do grupo, não esquecendo que os outros três não foi possível analisar devido à falta de dados.

Figura 1. Trajetórias de experiências coletivas.



Fonte: Elaboração do autor.

Celso Rilla, Antonio Lucio, Germano Wagenführ, Adriano Mosimann, Casemiro Leopoldo Chaciay, Adolfo da Silveira e Hermínio Heusi da Silva são todos promovidos a seus cargos de inspetores no pós-1930. O que demonstra que em um momento de divisor de águas no qual se constituiu a revolução de 1930, foi possível a muito dos inspetores alçar um maior voo pelas burocracias educacionais. O grupo se vê constrangido pelas estruturas e representações políticas que foram capazes de torna-los membros do Departamento de Educação. A maioria deles, 80%, se mostra não apenas fazer a mesma carreira, o mesmo percurso nas hierarquias institucionais, mas portar símbolos sociais e políticos que os favoreceram a alcançar tais encargos – alguns mesmo superando o grau de inspetor.

### **Algumas Considerações**

O esforço do presente texto foi em unir as pontas da gestão populacional das décadas de 1930 e 1940 as propostas do tempo presente. Perceber como os historiadores podem recuar no tempo e ainda assim estarem presos a uma história que não se faz mais morta no presente, não apenas por escrevê-lo preso a esse presente – com seus problemas cotidianos, levantamento de fontes delegadas ao futuro que pertencemos e as nossas questões teóricas – mas ressaltar que as questões educacionais devem ser pensadas também por historiadores docentes.

Também foi alvo do texto a relação que os membros do gabinete do Departamento de Educação tiveram com as políticas varguistas e como delas refizeram as leituras de seu mundo. Traçar as representações de mundo e não traçar as sociabilidades é um processo impossível de separar a linguagem do núcleo que ela se faz inteligível. Os símbolos portados pelos Professores frente ao gabinete do Departamento de Educação e as suas representações dos problemas e resoluções para os problemas sociais (encarando junto com o grupo estudo a máxima de que a educação é capaz da transformação social). Obviamente os problemas levantados e as soluções para eles são próprias de seu tempo, de uma conjuntura política e as capacidades linguísticas de convencimento. Entendo, nessa perspectiva, as culturas políticas como formadoras de representações sociais e sendo conduzida pela linguagem de seus agentes, uma relação entre emissões de falas, não há como existir esse espaço sem as sociabilidades. As discussões entre as representações de mundo não podem ser dadas sem a interação dos agentes humanos e a formação de seus grupos de compreensão.

Investigar as representações políticas do passado sem traçar o grupo pelo qual estava sendo vinculadas tais falas se mostraria inócuo. Encontrar as atas e os representantes das estratégias do Estado é um trabalho de organizar o círculo de ideias, de nomear as ideias presentes e de rastrear os sujeitos que se agregam ao entorno delas. Ainda que com o andamento da pesquisa novas intrigas entre os sujeitos frente ao Departamento de Educação apareçam ou que o ‘mundo estreito’ destes intelectuais se mostrem mais curtos, por meio da ata aqui analisado dá para se traçar um panorama inicial dos agentes e diálogos existentes no gabinete.

#### Referências:

ALBERNAZ, Cássio A. A. Da história política dos “grandes homens” a prosopografia das elites políticas: Considerações historiográficas e metodológicas. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História –ANPUH**, São Paulo, julho de 2011.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O significado das pequenas coisas: história, prosopografia e biografemas. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). **Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica**. São Paulo: Letra e Voz, 2013, p.15-38.

ALMEIDA, Carla Beatriz de. A prosopografia ou biografia coletiva: limites, desafios e possibilidades. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História –ANPUH**, São Paulo, julho de 2011.

BARBOSA, Elpídio. Tomo 8.2.Acervo Elpídio Barbosa – IDCH-UDESC, 1936-1948.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et. al. **Cultura Política, Memória e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p.29-46.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. **DADOS**, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 8, no.2, 2005, p.232-269.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1 Artes do fazer**. Ler uma operação de caça. Tradução de Epharaim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

DUTRA, Eliana Rodrigues de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. **Varia História**, Belo Horizonte, nº.28, p.13-28, dez. 2002.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. **Revista Tempo e Argumento**: Florianópolis, v.4, n.1,p.5-22, jan/jul.2012.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público:** ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano. Florianópolis: Secretaria da Educação, 1975.

FAVARIN, Thaís Cardozo. **Aos professores esta página:** práticas e representações na *revista de educação* (Santa Catarina 1936-1937). 2013: 90f. Trabalho de Conclusão de Curso em História, UDESC, Florianópolis: 2013.

GOODSON, Ivor. **A construção social do currículo.** Lisboa: EDUCA, 1997.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p.305-327.

NICOLAZZI, Fernando. A história entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea. Revista: História, Questões & Debates. Curitiba: Ed. UFPR, n.53, p.229-257, jul./dez, 2010.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, Rene (org.). **Por uma história Política.** (org.). Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003, p.231-269.